

João Pereira da Silva

De: Pedro Romano
Enviado: quinta-feira, 26 de Dezembro de 2013 17:42
Para: João Pereira da Silva; Isabel Cabrita
Cc: Tiago Laborinho
Assunto: Alterações PSD/CDS
Anexos: Alterações PSD-CDS.docx

Boa tarde,

Segue, em anexo, um documento de síntese com as principais propostas de alteração apresentadas pelos GP do PSD e do CDS. O documento identifica as alterações (secção/página relevante) e cita-as em baixo, a cor cinzenta.

Melhores cumprimentos,

Pedro Romano

Assessor Orçamento e Finanças

Grupo Parlamentar do CDS-PP

Palácio de São Bento

Email: pedro.romano@cds.parlamento.pt

Site: <http://www.cds.parlamento.pt/gp/>



Grupo Parlamentar

CDS-PP

483735-212/CPICCGRFESP/2013-12-23

1. Aditamento sobre propostas dos bancos: Metro de Lisboa (páginas 173/174)

Ficou também evidente que os bancos faziam propostas às empresas para a contratação de Swaps:

“A Sr.ª Deputada Cecília Meireles (CDS-PP): (...) Uma vez que a Metro do Porto falou disso, eu gostava de saber de quem era a iniciativa para a celebração de contratos swap: foi uma ideia da Metro de Lisboa ou foi uma ideia dos bancos, que vieram propor estes produtos, ou, indo um bocadinho mais longe, foi uma ideia da Metro de Lisboa ou foi também uma exigência dos bancos que faziam empréstimos à Metro de Lisboa?”

O Sr. Dr. José Maria Franco O’Neill: Exigência dos bancos comigo, pessoalmente, nunca houve e penso que com mais nenhum elemento do Conselho de Gerência e, muito menos, com o Sr. Presidente... Mas que os bancos faziam propostas, isso faziam...”

2. Aditamento sobre a finalidade da contratação dos Swaps 1 (página 206)

Pergunta ainda a Sr.ª Deputada Cecília Meireles (CDS-PP): “Aquilo que lhe perguntava é o seguinte: então, a realidade é que os contratos swap foram utilizados não para cobertura verdadeira de risco mas, sim, como fonte de financiamento para, dizendo as coisas como elas são, ganhar dinheiro? “

Resposta do Sr. Eng.º Juvenal da Silva Peneda: “Sr.ª Deputada, não faço ideia. Sei que era uma moda, pronto. Enfim...”

3. Aditamento sobre finalidade da contratação dos Swaps 2 (páginas 216)

Relativamente ao objectivo de contratação dos Swaps por parte desta empresa:

Pergunta da Sr.ª Deputada Cecília Meireles (CDS-PP):

“Sei que não conhecem o relatório da IGCP mas nele refere-se que: «O que se constatou, no entanto, foi que as empresas, em especial a Metro de Lisboa e a Metro do Porto, seguindo outras motivações que não a simples cobertura de risco e talvez devido a dificuldades de financiamento, contrataram transações com elevado grau de complexidade mas em que os fluxos nos primeiros anos foram minimizados”.

A Sra. Dra. Gorete Rato respondeu:

“Sr.ª Deputada, eu diria que esse «talvez» devido a dificuldade de financiamento pode retirá-lo, como é óbvio.”

Por sua vez quanto ao conhecimento da tutela sobre a situação financeira das empresas:

Pergunta da Sr.ª Deputada Cecília Meireles (CDS-PP):

“Para terminar, eu gostava de saber qual foi a reacção e se alguma vez receberam algum tipo de indicação ou orientação de como resolver o problema; ou seja, se era óbvio que havia um problema, eu gostava de saber se alguma vez alguém indicou uma proposta de solução”.

A resposta do Dr. António Ricardo Oliveira Fonseca:

“Não houve nenhuma resposta, apesar de nós nos relatórios e contas chamarmos insistentemente a atenção da situação em que estava a Metro do Porto relativamente ao incumprimento do artigo 35.º do Código das Sociedades”.

4. Aditamento sobre ganhos imediatos com os Swaps: JP Morgan (páginas 334/335)

Ficou ainda mais uma vez patente que houve empresas que receberam financiamento imediato na contratação de derivados financeiros que posteriormente se mostraram muito desfavoráveis: a “troco” de financiamento imediato:

(...)

O Sr. Deputado Hélder Amaral (CDS-PP): “Muitos administradores de empresas, em concreto, Metro do Porto e Metro de Lisboa disseram que ficava mais caro contratos Plain Vanilla (...) e que era mais rentável fazer outro tipo de swaps, julgo mesmo mas gostava que me confirmasse que o Metro de Lisboa afirmou que numa assinatura de um dos swaps que não era Vanilla recebeu à cabeça 30 milhões de euros queria que me confirmasse se nalgum desses contratos com o Metro de Lisboa foi dado esse valor em detrimento da assinatura de um outro swap”.

(...)

O Dr. Alberto Barbarisi: “Quanto à sua pergunta para saber se posso reconhecer a existência de uma transacção com a Metro de Lisboa relativamente aos 30 milhões, posso confirmar que de facto houve 3 contratos swap em Maio de 2007 pelo valor nominal de 200 milhões e que os pagamentos recebidos para estes contratos no final foram de 30 milhões...no início, não é no final”.

5. Aditamento sobre responsabilidade da tutela: Metro do Porto (páginas 216/217)

Relativamente ao objectivo de contratação dos Swaps por parte desta empresa:

Pergunta da Sr.^a Deputada Cecília Meireles (CDS-PP):

“Sei que não conhecem o relatório da IGCP mas nele refere-se que: «O que se constatou, no entanto, foi que as empresas, em especial a Metro de Lisboa e a Metro do Porto, seguindo outras motivações que não a simples cobertura de risco e talvez devido a dificuldades de financiamento, contrataram transações com elevado grau de complexidade mas em que os fluxos nos primeiros anos foram minimizados”.

A Sra. Dra. Gorete Rato respondeu:

“Sr.^a Deputada, eu diria que esse «talvez» devido a dificuldade de financiamento pode retirá-lo, como é óbvio.”

Por sua vez quanto ao conhecimento da tutela sobre a situação financeira das empresas:

Pergunta da Sr.^a Deputada Cecília Meireles (CDS-PP):

“Para terminar, eu gostava de saber qual foi a reacção e se alguma vez receberam algum tipo de indicação ou orientação de como resolver o problema; ou seja, se era óbvio que havia um problema, eu gostava de saber se alguma vez alguém indicou uma proposta de solução”.

A resposta do Dr. António Ricardo Oliveira Fonseca:

“Não houve nenhuma resposta, apesar de nós nos relatórios e contas chamarmos insistentemente a atenção da situação em que estava a Metro do Porto relativamente ao incumprimento do artigo 35.º do Código das Sociedades”.

6. Aditamento sobre Despacho SETF/2009 (Página 351)

Também em resposta ao Sr. Deputado Hélder Amaral considerou que este Despacho suscita duas questões:

“As únicas duas questões que coloco relativamente a esse despacho é por que razão é que se mandar enviar os contratos para a DGTF, que, manifestamente, não tem competência técnica para compreender o seu conteúdo, e por que razão é que os contratos foram enviados e essa informação não foi tratada.”

7. Aditamento sobre Worst-case scenario e investidores qualificados: Deutsche Bank (página 314)

O Sr. Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) perguntou ainda sobre como é que era feita a contratação dos swaps, o que levou a que o responsável desta entidade financeira a referir que sempre consideraram as empresas como investidores qualificados:

“(…) como é que era feita essa contratação, se havia estudos, stress tests, dos piores cenários, se destes piores cenários eram avisadas as empresas e se, ainda assim, o sistema financeiro se defendia ou não”.

Resposta do Dr. Bernardo Meyrelles do Souto:

“partimos sempre do princípio de que estamos a falar com interlocutores qualificados, sempre disponibilizamos toda a informação que consideramos relevante para a tomada da decisão, sempre apresentamos os worst-case scenario, portanto, qual será o impacto no caso de se verificarem os piores cenários, e damos toda a informação que consideramos ser relevante no momento, para que um interlocutor qualificado possa decidir contratar ou não a operação”.

8. Alteração de formatação: Metro de Lisboa (página 174)

O que me parece é que, aqui, pode ter havido alguma incompetência por parte da Direção Financeira..., mas, no meu entender, há claramente alguma negligência por parte do administrador com o pelouro financeiro! [Nota: eliminada a formatação a negrito]